

A AÇÃO COMUNISTA NO BRASIL

Ten Cel Cav GEMA
NILSON VIEIRA FERREIRA DE MELLO

1. INTRODUÇÃO

Na edição de Set/Out 71 desta Revista, formulamos algumas considerações sobre "A Ação Comunista para o Domínio do Mundo." Neste número pretendemos apresentar alguns aspectos dessa ação internacional no nosso país, através de um rápido esboço histórico da vida do Partido Comunista do Brasil, focalizando em particular a Intentona de 1935, e dos antecedentes da Revolução Democrática de 1964.

Este trabalho baseou-se em dados compilados aqui e acolá, especialmente em uma conferência pronunciada pelo Exmo. Sr. Gen Muricy no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1966, e no livro "História das Revoluções Brasileiras" de Glaucio Carneiro.

2. OS PRIMEIROS ANOS DO PC

Durante algum tempo após sua formulação revolucionária, que podemos situar na divulgação do Manifesto Comunista em 1848, a ideologia marxista não encontrou, no nosso país, grande repercussão. Por ela apenas se interessaram alguns estudiosos, levados por mera curiosidade intelectual.

É no início deste século que vamos encontrar as primeiras tentativas de introdução, no cenário político nacional, de idéias revolucionárias inspiradas em doutrinas socialistas. Essas tentativas, contudo, não eram propriamente marxistas, mas antes anarquistas.

Como fato concreto dessas tendências, podemos citar a reunião, em 1906, de um Congresso Operário no Rio de Janeiro, no qual foram lançadas as bases de uma organização proletária de âmbito nacional. Como consequência desse Congresso, fundou-se, em 1908, a Confederação Operária Brasileira, de inspiração anarco-sindicalista, que não logrou maior repercussão, nem mesmo na classe que lhe emprestava o nome.

A vitória bolchevista na Rússia veio proporcionar o exemplo e a orientação que faltavam ao marxismo para tornar-se elemento eficaz de influência na História. Não fosse aquele fato histórico, muito provavelmente a ideologia de Marx não seria hoje mais do que uma curiosa concepção filosófica.

Com a ascensão de Lenine ao governo soviético e a conseqüente metodização revolucionária por ele efetuada, verificou-se, em todo o mundo, um incremento das idéias esquerdistas, agora tendentes a desembocar na torrente revigorada do marxismo-leninismo.

A influência da revolução bolchevista no Brasil fez-se sentir, desde logo, com a criação de um Partido Comunista, em 1918. Porém esse partido ainda apresentava mais tendências anarquistas do que marxistas. Criado antes mesmo da consolidação do regime soviético na Rússia, manifestou-se no seu seio, desde logo, a oposição de duas correntes: a dos anarquistas intransigentes, que abominavam todas as formas de poder estatal, e a dos que admitiam a ditadura do proletariado que se procurava implantar na Rússia. Estes últimos é que viriam, mais tarde, a constituir o núcleo formador do verdadeiro Partido Comunista do Brasil.

Em 1919, Lenine, sentindo a necessidade de dar orientação ao movimento revolucionário internacional, inclusive como meio de salvaguardar o nascente regime soviético russo, criou a Terceira Associação Comunista Internacional, vulgarmente conhecida como Comintern. Dentro dos propósitos do Comintern estava justamente o de incentivar a criação, nos demais países, de partidos comunistas obedientes às determinações de Moscou.

Os comunistas brasileiros começaram então a trabalhar no sentido de organizar um partido que apresentasse as condições necessárias para a filiação à 3.^a Internacional. Com esse objetivo, convocaram, em março de 1922, um Congresso Constituinte, com a participação de 9 delegados, representando os seus 73 membros inscritos. Organizado o Partido, cuidaram do seu registro como sociedade civil, visto como não havia, na época, lei especial regulando a organização e o funcionamento de partidos políticos. Poucos meses após, esse registro seria cancelado com a decretação do estado de sítio conseqüente à revolta do Forte de Copacabana, ainda em 1922. Nascia, assim, o PC praticamente sob o signo da ilegalidade, situação em que iria viver daí por diante, com exceção de um período entre 1945 e 1947, quando teve existência legal.

Em 1924, o PC do Brasil foi oficialmente admitido como membro da 3.^a Internacional, passando a contar com maior apoio dessa associação. Faltava-lhe, todavia, um líder de prestígio nacional, capaz de polarizar as simpatias de maiores parcelas da opinião pública brasileira. Esse líder foi encontrado na figura legendária do comandante da coluna revolucionária que, de 1924 a 1926, percorrerá o in-

terior do país, criando uma aura mística de predestinado. Luis Carlos Prestes assume a liderança moral do movimento comunista em 1928 e, em 1931, embarca para a União Soviética a fim de cursar uma escola destinada à formação de dirigentes de partidos estrangeiros.

De volta ao Brasil, Prestes intensifica as atividades de infiltração e propaganda, já como Secretário-Geral do Partido. Lançando mão de técnica aprendida na União Soviética, procura alargar a sua influência no cenário político do país pela organização de "frentes", das quais a mais importante foi a Aliança Nacional Libertadora, criada em 1934. Aclamado Presidente de Honra da ANL, vai desenvolver a trama preparatória do movimento de 35 sob a cobertura dessa organização legal.

3. A INTENTONA DE 1935

Desde os anos 20, o país vinha vivendo uma prolongada fase de inquietações políticas, motivadas fundamentalmente pela ânsia de reformar os processos políticos utilizados na República Velha.

Na década de 30, novo fator de agitação veio se acrescentar aos já existentes. Referimo-nos à luta ideológica entre comunistas e fascistas que, na Europa, começava a tomar forte impulso.

No Brasil, os extremistas de direita congregaram-se em torno de Plínio Salgado, ex-membro do Partido Republicano Paulista. Com um "Manifesto à Nação", lançado em 1932, Plínio Salgado cria a Ação Integralista Brasileira, inspirado nos modelos nazista e fascista, inclusive quanto a certas exteriorizações, como o símbolo partidário (o sigma), a saudação (anauê) e o uso de uniformes. Mas, por outro lado, valia-se de certas idéias muito caras ao espírito brasileiro, como o sentimento católico, o espírito de brasilidade e o amor à família, consubstanciadas no lema "Deus, Pátria e Família", para compor o corpo doutrinário de seu movimento político. Com isto, conseguiu considerável número de correligionários, cerca de 800 mil, entre os quais personalidades de destaque na vida nacional, inclusive dignitários da Igreja Católica.

Por outro lado, os comunistas, revigorados com a impulsividade de alguns "tenentes" da década anterior, os quais foram levados para o comunismo pelas desilusões dos embates políticos, e acobertados pela Aliança Nacional Libertadora, lançavam-se com empenho na luta para sobrepujar o que Prestes qualificou de "maré montante do fascismo crioulo". Estimulados por essa emulação competitiva e querendo aproveitar o clima de intranquilidade em que vivia o país, os líderes comunistas brasileiros julgaram possível um golpe de força para a tomada do poder, o qual seria seguido de apelo popular; mo-

bilizado pela ANL. E disto persuadiram os dirigentes do Comintern, em fins de 1934, quando da realização, na União Soviética, das Conferências da Grande Ásia e da América Latina.

A partir desse ponto, a preparação revolucionária no Brasil passou a contar com o apoio da 3.^a Internacional que para cá deslocou seus revolucionários profissionais. Estão neste caso o ex-deputado comunista ao Parlamento Alemão Arthur Ewert, que entrou no nosso país com passaporte americano falso, expedido em nome de Harry Berger, e o Secretário-Geral do PC argentino Rodolpho Ghioldi.

Comentando a situação brasileira nessa época, dizia o delegado chinês no Comitê Executivo do Comintern, Van Mine:

- “Devo expor aos camaradas que a denominada Aliança Nacional Libertadora, da qual já participam oficiais e praças do Exército e da Marinha, foi criada sob a orientação secreta mas direta do PCB, segundo instruções recebidas diretamente da Legação Soviética em Montevideú, valendo ainda dizer que o nosso bravo camarada Prestes foi aclamado seu Presidente de Honra.”

Porém, todo esse esquema revolucionário, que contava com a ANL como peça importante, foi bruscamente afetado com a dissolução da Aliança, por decreto de Vargas de julho de 1935. Também as “frentes” congêneres “União Feminina do Brasil”, e “Aliança por Pão, Terra e Liberdade”, esta última lembrando, com seu título, a palavra de ordem de Lenine na revolução bolchevista, foram atingidas pelo decreto governamental.

Alarmados com esses fatos e receosos de que a policia acabasse por inutilizar o que restava do esquema revolucionário, os líderes comunistas resolveram apressar o início da revolução. Prestes marcou, afinal, a data de 27 de novembro para a eclosão simultânea do movimento em vários pontos do território nacional, porém, isso só iria acontecer em três unidades da Federação, assim mesmo sem a planejada simultaneidade. Vejamos como os fatos se passaram.

NATAL

Um dos fatores do insucesso da revolução foi, sem dúvida, a antecipação de 4 dias do levante em NATAL. Parece que isto aconteceu em decorrência de um caso fortuito.

No dia 22 de novembro, uma 6.^a feira, um grupo de cabos comprometido com a rebelião envolveu-se num incidente que resultaria na sua prisão disciplinar. Certos de que sua punição ocorreria na semana seguinte, esses graduados viram-se na iminência de não participar da trama conspiratória prevista para dali a 5 dias. Baseados nesse pressuposto, os líderes locais do movimento resolveram iniciar o levante na noite do dia seguinte.

O fato é que, às 19h30min de 30 de novembro, um sábado, teve início a rebelião no quartel do 21.º BC. A essa hora, um grupo de graduados, liderando alguns soldados e civis, aprisionaram o oficial de dia ao Btl e um outro oficial que se encontrava no quartel. Em seguida, mandaram tocar reunir e sublevaram o restante das praças, sem lhes dar explicações detalhadas dos reais propósitos do movimento.

Dominada, pelos revoltosos, a situação no quartel, começaram a surgir focos de tumultos na cidade. Os oficiais do Btl, alertados por esses acontecimentos anormais, procuraram atingir sua Unidade, sendo aprisionados pelos rebeldes. O Cmt do Btl, TC PINTO SOARES, que estava havia apenas 19 dias no Cmdo, não conseguindo atingir sua Unidade, dirigiu-se para o quartel da Polícia Militar, onde, juntamente com o Cmt desta, Maj LUIZ JÚLIO, procurou organizar a resistência.

Durante esses acontecimentos o Governador do Estado, RAFAEL FERNANDES, estava presidindo uma solenidade de diplomação no teatro CARLOS GOMES, em companhia da maioria de seus auxiliares diretos. Tomando conhecimento do que ocorria, inclusive da prisão de seu Chefe de Polícia que saíra do teatro em busca de maiores informações, o Governador e seus auxiliares buscaram asilo no Consulado do Chile.

Os revoltosos estavam de posse de toda a cidade, à exceção do quartel da Polícia Militar que resistiu ao assédio por 19 horas, ao cabo das quais rendeu-se por falta de munição.

Um "Comitê Popular Revolucionário" foi organizado e constituiu-se no "governo" do Estado durante os 4 dias que durou a revolta. Esse "governo" estava assim constituído:

- Comissário da Defesa: Sgt músico Quintino de Barros;
- Comissário do Interior: funcionário da Casa de Detenção Lauro Lago (considerado por muitos como o "cabeça" do Comitê);
- Comissário do Abastecimento: sapateiro José Praxedes de Andrade;
- Comissário de Viação: jornalista João Baptista Galvão.

Durante o "governo" desse Comitê, as maiores tropelias foram cometidas, inclusive arrombamentos e saques de casas comerciais e bancárias. Somente da agência do Banco do Brasil foram roubados 2.974 contos de réis, quantia avultada para a época. Bandos armados divertiam-se em caçar, nas vias públicas, automóveis e caminhões para realizar farras comemorativas, algumas acompanhadas de violências de todos os matizes. Cenas de deboche e provocação infun-

diam o terror na pacata população da cidade, constrangida a assistir inerte à dramaticidade daqueles dias.

Tal estado de coisas só terminou quando os rebeldes tomaram conhecimento do fracasso do movimento em Recife. Sentindo-se isolados e sabendo que, no interior, já se organizava uma reação encabeçada por Dinarte Mariz e, mais que tudo, de que o 20º BC de Alagoas e a Polícia paraibana se preparavam para invadir o Rio Grande do Norte, abandonaram a cidade e embrenharam-se no interior, onde a maioria foi, mais tarde, capturada.

Os mortos na revolta não chegaram a 20, incluindo-se 4 vítimas das tropelias em Natal; mas o impacto sobre a população da cidade foi muito grande, devido aos momentos de horror que tivera de viver.

RECIFE

A revolução em Recife foi mais violenta e teve maior importância. Com ela estavam comprometidos vários civis de alguma proeminência no Estado, todos militantes da Aliança Nacional Libertadora.

Harry Berger, o enviado do Comintern, em relatório sobre a situação no Nordeste, assim se expressava pouco antes do movimento:

"A ANL está fazendo grandes progressos. Em Recife, as reuniões eram visitadas por 3.500 a 4.000 pessoas. O número de seus membros, em Recife, é avaliado em 2.000. Não existe um trabalho sério no interior do Estado e nas aldeias".

Considerando a importância de Pernambuco, Prestes designara para ali a sede do Secretariado do Partido para todo o Nordeste, entregando-o ao Ten Sylo Melreles, então desertor do Exército e que, mais tarde, abjuraria o comunismo.

O trabalho de preparação do movimento no meio militar foi entregue ao Cap Otacilio Lima, que já fizera o mesmo em Natal durante os 5 meses que lá estivera a serviço. Otacilio contava para ajudá-lo, particularmente no 29º BC, com os Tenentes Besouchet e Lamartine.

Os preparativos revolucionários estavam em curso quando chegou a Recife a notícia do levante em Natal. Imediatamente os chefes comunistas de Pernambuco reuniram-se e decidiram eclodir o movimento antes do término da noite de 23 para 24.

Na madrugada de 24, as ações tiveram início no próprio QG da 7.ª Região Militar, seguidas de ataques às delegacias policiais de Recife e Olinda. Mal a população da cidade era despertada pelo tiro-teio, chegava a notícia da sublevação no 29.º BC, aquartelado em Socorro, distante 15 km de Recife.

Por uma circunstância infeliz, nesse dia encontravam-se ausentes da cidade o Governador Lima Cavalcanti, o Cmt da 7.^a RM, Gen Manoel Rabelo, e o Cmt da Polícia Militar, então Cap Jurandy B. Mamede. Os dois primeiros tinham viajado respectivamente para a Europa e para o Rio, aproveitando um convite para viajarem no dirigível Hindenburg que visitava o Brasil, e o último afastara-se a serviço da Corporação que comandava. No âmbito do Governo estadual, as primeiras providências ficaram a cargo do Secretário de Segurança, Cap Malvino Reis, que delas se desincumbiu com decisão.

No quartel do 29.^o BC, que desde a véspera encontrava-se de prontidão, os Tenentes Besouchet e Lamartine levantaram 260 praças e procuraram dominar a Vila Militar. Os Capitães legalistas Everardo de Barros e Frederico Mindelo procuraram interceptar as ações daqueles dois oficiais rebelados, tendo o Cap Mindelo conseguido se acercar do Ten Lamartine e agarrado o braço com que este oficial sustinha o revólver. Foi, porém, derrubado por um soldado e ato contínuo, agredido e dominado por outras praças, sendo conduzido preso para o xadrez do Btl. Enquanto isto, o Cap Everardo procurava arrecadar o armamento do Corpo da Guarda quando chegou o Cap Mindelo, escoltado por um sargento. O Cap Everardo gritou para o sargento que soltasse seu superior, provocando um momento de indecisão no graduado, de que se aproveitou o Cap Mindelo para dominá-lo. Após esses episódios, os dois oficiais legalistas, juntamente com pequeno número de praças leais, concentraram-se no pavilhão do Comando, onde resistiram das 9 horas de domingo até 11 horas de 2.^a feira, quando foram libertados por forças legais. Essa reação teve a virtude de acarretar a divisão de forças dos amotinados: enquanto um grupo dirigiu-se para Recife na manhã de 24, outro ficou enfrentando a resistência no quartel.

Nessa mesma manhã de 24, episódios sangrentos desenvolviam-se na reserva de armamento do CPOR, junto ao QG/7.^a RM. O Sgt Gregório Bezerra estava arrecadando armamento para armar os revoltosos quando foi surpreendido pelos Tenentes Agnaldo Oliveira e José Sampaio Xavier. Imediatamente o graduado atirou nos dois oficiais, ferindo o Ten Agnaldo e matando o Ten Xavier com toda uma carga de fuzil no ventre. O primeiro, embora ferido, depois perseguiu e prendeu seu agressor, restabelecendo-se o domínio legalista na área do QG. Convém lembrar, para acentuar a perfídia característica dos comunistas, que o Sgt Bezerra gozava das simpatias do Ten Xavier, a quem devia muitos favores. Entrementes, o Cmt interino da Região determinou o deslocamento urgente para Recife do 20.^o BC de Maceió e do 22.^o BC e de Bateria de Dorso de João Pessoa.

A fração rebelde que deixou Socorro na manhã de 24 foi interceptada na ponte dos Afogados por um contingente da Polícia Militar, no qual se juntaram elementos da Guarda Civil e 60 operários que, voluntariamente, se ofereceram para combater os comunistas.

Não podendo prosseguir para Recife, os revoltosos ocuparam o Largo da Paz, empenhando-se em cerrado tiroteio com os legalistas.

A situação manteve-se aproximadamente da forma acima esboçada durante o resto do dia 24, noite de 24 para 25 e manhã de 25, quando chegou a tropa da Paraíba. Foi, então, possível montar uma ação em força contra o reduto rebelde do Largo da Paz. Pouco depois, com a chegada do 20.º BC, que viera de trem até Prazeres, os revoltosos viram-se entre dois fogos, reduzindo de muito sua capacidade de resistência. Na noite de 25 para 26, os comunistas dispersaram-se em direção ao interior do Estado e na manhã desse último dia, as forças legais retomaram o quartel de Socorro, libertando os defensores do pavilhão do Comando do 29.º BC.

A rebelião em Pernambuco causou, segundo dados não oficiais, 720 mortos e centenas de feridos, sendo a mais sangrenta desse triste episódio da Ação Comunista no nosso país.

RIO DE JANEIRO

Desde algum tempo, esperava-se um levante comunista na Capital Federal. Os acontecimentos no Nordeste vieram confirmar e aumentar essa expectativa, determinando a prontidão de toda a tropa a 23 de novembro.

A 26, o Presidente Vargas, em mensagem que dirigiu ao Congresso pedindo o Estado de Sítio para todo o país, assim se expressava:

“A insurreição que acaba de irromper (no Nordeste), afirmo-o ao Poder Legislativo diante da segurança dos elementos colhidos nas investigações, tem outra finalidade, pois que tenta, por processos violentos, subverter, não somente a ordem política, senão também a ordem social, mudando a forma de governo estabelecida pela Constituição e a sua ideologia política, social e econômica. Tem, por isto mesmo, articulações em outros pontos do território nacional”.

Com efeito, na madrugada de 27 de novembro, eclodiu o movimento no então Distrito Federal, tendo como focos a Escola de Aviação Militar e o 3.º RI.

Nos Afonsos, a rebelião foi chefiada pelos Capitães Agliberto de Azevedo e Sócrates da Silva, acompanhados por mais alguns oficiais, entre os quais os Tenentes Benedito de Carvalho, Ivan Ramos Ribeiro e Dinarco Reis.

A propaganda da revolução, que se fazia sob a bandeira da ANL, impressionara particularmente os Cabos alunos do Curso de Sargentos Aviadores.

Na segunda parte da noite de 26 para 27, penetrou na Escola um automóvel conduzindo os oficiais revoltosos acima citados. O Cmt da Escola, então Ten Cel Ivo Borges, avistou-os e, em companhia de dois Oficiais legalistas, dirigiu-se para a Guarda e interpelou o seu Cmt, Sgt Belda, por que não tinha cumprido a ordem de impedir a entrada de qualquer viatura no quartel, fora do horário de expediente normal. A resposta do Sargento foi de que permitira a entrada porque o carro só conduzia oficiais da Escola. O Ten Cel Borges mandou então que o acompanhasse e partiu na direção do automóvel dos oficiais suspeitos, ocasião em que foram ouvidos os primeiros tiros e gritos de "Viva a Revolução". Ato contínuo, o Sgt Belda, que estava comprometido com a rebelião, gritou para os homens da guarda que atrasassem no Cmt da Escola e nos oficiais legalistas que o acompanhavam, os quais, todavia, lograram escapar, indo buscar auxílio num quartel do Exército na Vila Militar.

Nesse interim, os revoltosos procuraram dominar a situação, inclusive caçando, no interior da Escola, os oficiais que sabiam não participar de suas idéias. Assim foram mortos pelo Cap Agliberto e Tea Ivan, o Cap Armando de Souza e Mello e o Ten Danilo Paladini, segundo consta ainda dormindo, e aprisionados os Tenentes Benedito Lopes Bragança e Oswaldo Braga Ribeiro Mendes. Estes dois últimos oficiais foram conduzidos para o automóvel dos revoltosos e lá, conforme depoimento do Ten Mendes, o Cap Agliberto matou friamente o Ten Bragança com um tiro na cabeça.

A primeira reação contra os revoltosos partiu do 1.º Regimento de Aviação, cujo quartel era próximo da Escola, sob o comando do então Ten Cel Eduardo Gomes. A ação dessa Unidade impediu que os amotinados se apoderassem dos hangares dos aviões e dos depósitos de gasolina, conforme era do seu intento. Durante a luta, o Ten Cel Eduardo Gomes foi ferido em uma das mãos.

Pouco mais tarde, o Campo dos Afonsos era cercado por Unidades da Vila Militar, Deodoro e Realengo e os revoltosos dominados.

No 3.º RI, o movimento foi dirigido pelo Cap Agildo Barata. Agildo participara da Revolução de 30, destacando-se na articulação do movimento no Nordeste. Decepcionado com o rumo que os acontecimentos tomaram após a vitória da Revolução, rompeu com o governo, participando, inclusive, da Revolução Constitucionalista em 1932, sendo por isto exilado em Portugal. Pouco depois, abraçava a ideologia comunista e, em 1934, quando da anistia concedida pela Assembléia Constituinte, retornava ao Brasil para ingressar no PC. Agildo não desejava reingressar no Exército, somente o fazendo em determinação do PC, com a recomendação de que mantivesse em segredo sua filiação partidária, enquanto isso fosse útil ao Partido.

Designado para servir no 8.º BC em Santo Angelo, RS, desenvolveu nessa guarnição intensa atividade política, inclusive fundando o

núcleo gaúcho da ANL. Por causa de suas atividades políticas, foi punido com 20 dias de prisão, os quais deveriam ser cumpridos em outra guarnição. Diz Agildo em suas "Memórias" que foi ele próprio quem escolheu o 3.º RI para o cumprimento da pena disciplinar que lhe fora imposta, a fim de melhor articular o movimento sedicioso no Rio de Janeiro.

Uma vez no 3.º RI, ligou-se com o Ten Leivas Otero, chefe da cédula do PC e da ANL local, pondo-se a par do plano de subversão já elaborado, com o qual não concordou, traçando outro baseado na surpresa.

Segundo o planejamento de Agildo, em cada uma das subunidades do Regimento deveria haver um elemento em condições de assumir o comando da mesma, tão logo fosse dado o sinal para a deflagração do movimento. Esse intento só não foi conseguido nas 3.ª e 4.ª Companhias de Fuzileiros e na Companhia de Metralhadoras do 2.º Batalhão.

O Cmt do Regimento, Cel Afonso Ferreira, de algum tempo vinha observando o procedimento suspeito de certos oficiais, particularmente do Cap Alvaro Francisco de Souza, conhecido por suas idéias extremistas. Na tarde de 26, suspeitando da atividade anormal desse oficial, determinou a adoção de medidas extraordinárias de segurança. Todavia, essas medidas não foram adequadamente cumpridas, pois o próprio Cel Cmt surpreendeu-se ao encontrar, à meia noite de 26, o Cap Agildo perambulando pelo quartel, embora estivesse preso.

Na madrugada de 27, estava no pátio interno do Regimento a 7.ª Cia de Fzo, da qual era subalterna o Ten Leivas Otero. Foi dessa subunidade que partiu, quebrando o silêncio da noite, uma rajada de metralhadora, sinal convenconado para o levante. Imediatamente os revoltosos atacaram a Cia de Mtr do 2.º Btl, que respondeu com fogo, o mesmo fazendo a Cia de Mtr do 1.º Btl. Essas duas subunidades, respectivamente sob os comandos dos então Capitães Alvaro Braga e Alexínio Bittencourt, mantiveram os revoltosos encurralados durante horas. O Cmt do 3.º Btl, Maj Misael Mendonça, surpreendido pelo tiroteio, saiu do alojamento para o pátio para verificar o que sucedia, sendo morto por uma rajada. Na 1.ª Cia, o Ten legalista Armando Pereira, atacado pelo Ten revoltoso Tomás Melreles, reagiu a tiros, matando este último. Na luta que então se travava no interior do quartel, morreu também outro oficial legalista, o Ten Geraldo de Oliveira.

Enquanto isso se passava no pátio interno, o Cmt do Regimento, com alguns oficiais e praças, ficara encurralado no pavilhão central do quartel, de onde resistia ao assédio dos revoltosos e buscava ligar-se, pelo telefone, com os Comandos superiores do Exército.

A essa altura, os amotinados constituíram uma junta de comando, integrada pelos Capitães Agildo Barata, Alvaro de Souza e José Leite Brasil, sob a chefia do primeiro.

Os focos de resistência legalista das Clás de Mtrs dos 1.º e 2.º Btls, após horas de fogo intenso, renderam-se, atendendo à intervenção dos Comandantes prisioneiros de seus respectivos Batalhões, os quais assim agiram para evitar derramamento inútil de sangue. Estava, assim, dominado todo o quartel, com exceção da cúpula central, onde o Cel Afonso Ferreira e alguns de seus comandados ainda resistiam.

Neste ponto dos acontecimentos, tropas da 1.ª RM, sob o comando pessoal do Gen Eurico Gaspar Dutra, já bloqueavam a única via de acesso ao 3.º RI, que era a Av. Pasteur, impedindo a saída dos revoltosos. Tentando evitar o sacrifício inútil de brasileiros, o Gen Dutra mandou um parlamentar — Sgt Laudemiro Ferreira — levar uma intimação aos rebeldes para depor as armas. Estes, porém, que ainda contavam com a ajuda da aviação, pois ignoravam que, nos Afonsos, a rebelião fora debelada, recusaram a intimação.

Em consequência, o Gen Dutra mandou intensificar o ataque e ordenou o bombardeio do quartel pelo 1.º GO 155. Queremos ressaltar aqui a bravura pessoal com que se houve o então Cmt da 1.ª RM que, de pé na Av. Pasteur, negava-se a atender aos apelos dos que o cercavam para abrigar-se da fuzilaria intensa que varria a avenida. Nessa ocasião, morreu ao seu lado seu Ajudante-de-Ordens, Cap João Ribeiro Pinheiro, atingido por uma rajada.

Com o bombardeio, o quartel foi duramente atingido, ruindo sua fachada externa e incendiando-se, obrigando o Cel Afonso Ferreira, ferido em um dos braços por um estilhaço, a se entregar aos revoltosos, indo fazer companhia aos 39 oficiais legalistas aprisionados no cassino. Segundo os relatórios dos acontecimentos, foi nessa ocasião que os Capitães Agildo e Alvaro de Souza pretenderam liquidá-los a granada, sendo impedidos pelo Cap Leite Brasil.

Tornando-se ineficaz a resistência, os revoltosos decidiram capitular. As 12h 15 min hastearam uma bandeira branca num dos cantos do quartel, já parcialmente transformado em fumegante ruína.

O levante deixara o saldo trágico de 19 mortos e 167 feridos durante suas doze horas de duração.

Não há a menor dúvida de que a Intentona Comunista não deveria circunscrever-se apenas aos três focos em que eclodiu. O que ocorreu é que, devido à precipitação no seu desencadeamento, pelas razões que já mencionamos, não houve tempo suficiente para prepará-la adequadamente em outros pontos do território nacional. Disso é prova cabal o já citado relatório de Harry Berger sobre a si-

tuação no Nordeste, datado de junho de 1935, que diz em um dos seus trechos:

"A luta na região de São Francisco: — Por ocasião da nossa chegada estavam em andamento todos os preparativos para a revolta numa região de seis municípios..."

e indicava como deveriam ser conduzidas as ações:

- ... "C. Iniciar nesta região um grande movimento de camponeses e desenvolver, deste movimento como apolo armado, corpos de voluntários..."
- ... Não se agiria em nome do Partido, nem no da Aliança. Não se criariam também "soviets", senão comitês e Ligas Camponesas. Criar-se-iam outros núcleos de combate em outras regiões de Pernambuco".

É curioso observar que a idéia de criação de Ligas Camponesas, utilizada por Francisco Julião para, anos mais tarde, tentar atingir o mesmo objetivo de subversão do Nordeste, já era uma técnica comunista da época.

4. ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 1964

Com o fracasso do Movimento de 35, vários líderes comunistas foram presos, inclusive Prestes, condenado a 18 anos de prisão.

Seguiu-se um período difícil para o Partido, particularmente com a instauração do Estado Novo, durante o qual foi movida intensa perseguição aos seus membros.

Esse estado de coisas só viria a se atenuar com a entrada do Brasil na 2.^a Guerra Mundial ao lado das Nações Unidas, entre as quais formava a União Soviética, desde 1941. Terminado o conflito, o Governo brasileiro concedeu anistia geral a todos os condenados por crimes políticos, dela se beneficiando os comunistas. Estes, valendo-se do clima de otimismo em relação ao futuro da Democracia e da simpatia pela União Soviética por sua contribuição para a derrota do nazifascismo, sentimentos esses de que participava a maioria da opinião pública brasileira, reencetaram sua campanha pela legalização do PC.

Conseguido o registro do Partido na Justiça Eleitoral, cuidaram os comunistas de apresentar candidatos próprios aos diversos cargos eletivos nas eleições que se seguiram. Prestes foi eleito Deputado Federal por vários Estados e Senador da República pelo antigo DF.

Dentro em pouco, porém, verificava-se a impossibilidade de se manter, na convivência democrática, um partido que se dedicava jus-

tamente a destruir a Democracia. O Governo tomou, então, a iniciativa de mover um processo de cassação do registro do PCB, fundamentado no fato de seus Estatutos serem antidemocráticos por não admitirem a pluralidade partidária. É interessante ressaltar um detalhe do arrazoado produzido pelo Procurador-Geral da República que funcionou no feito — Dr. Alceu Barbedo — porque vai motivar, anos mais tarde, a mudança do nome do Partido. Dizia o Dr. Barbedo, entre outras considerações jurídicas bem fundamentadas, que “o Partido é comunista e é do Brasil, não é brasileiro”, já que seu nome era Partido Comunista do Brasil.

Anulado seu registro e cassados os mandatos dos eleitos por sua legenda, retornava o PC à clandestinidade e às suas técnicas de infiltração nos partidos e organizações legais.

A partir de 1956, nova crise viria afetar o Movimento Comunista Internacional. Originada com o famoso discurso de Kruschew no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que iniciou o processo de “desestalinização” e a adoção da “coexistência pacífica”, iria culminar, a partir de 1961, com o conflito sino-soviético e a quebra do monolitismo do bloco socialista.

Os reflexos dessa crise vieram afetar o movimento comunista no nosso país. No V Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado em 1960, já se manifestaram profundas dissensões internas. Das recomendações desse Congresso constava a da reativação da luta pela legalização. Para isso, faziam-se necessárias modificações estatutárias de forma a satisfazer às exigências da Lei Eleitoral, inclusive a mudança do nome para Partido Comunista Brasileiro, para evitar observações como as formuladas pelo Dr. Barbedo. Com essas modificações não concordaram vários membros proeminentes do Partido, entre os quais João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Lincoln Oest. Esse grupo dissidente desligou-se do PC e fundou, em fevereiro de 1962, um outro partido sob a denominação tradicional de Partido Comunista do Brasil (PC do B), de tendência radical e ligado à linha chinesa da luta armada.

Com a eleição de Jânio Quadros, em outubro de 1960, derrotando o candidato apoiado pelo PC, os comunistas adotaram, de início, uma atitude de expectativa. Logo, porém, as manifestações de simpatia do Presidente eleito pelo ditador cubano, a condecoração de “Che” Guevara e a chamada “política exterior independente” iriam transformar essa expectativa em vislumbre de recuperação da influência do PC junto ao Governo. Daí o apoio que deram ao retorno de Jânio ao poder, na fase em que essa atitude ainda não parecia irreversível. Tão logo ficou claro que não haveria mais possibilidade de Jânio voltar à Presidência, passaram imediatamente a apoiar a posse de João Goulart.

Vencida a fase aguda da crise da renúncia, passaram os comunistas a agir de forma a prolongá-la em seu proveito. Segue-se o ep'ísódio do pleb'scito, no qual empenharam-se a fundo, resultando na anulação da solução de compromisso que fora o regime parlamentar.

Com a restauração dos poderes presidenciais, estava o campo aberto para a infiltração maciça dos comunistas no Governo. A escolha que Jango fez de seus auxiliares mais diretos facilitou aquela tarefa. Hermes Lima foi nomeado Chefe da Casa Civil, Evandro Lins Procurador-Geral da República e Raul Riff Assessor de Imprensa da Presidência. E não ficou só nisso. A Petrobrás foi entregue a Francisco Mangabeira, um dos signatários do Manifesto de lançamento da ANL em 1934, antigo militante criptocomunista e, na época, filiado ao suspeito PSB. A previdência social estava sob o controle de Roberto Morena, Dante Pelacani e outros conhecidos agitadores. A Supra foi entregue a João Caruso e depois a João Pinheiro Neto. Simultaneamente, formava-se forte dispositivo comuno-sindical como CGT, PUA e outros organismos espúrios. No setor legislativo, organizava-se mais uma "frente" de triste memória, A Frente Parlamentar Nacionalista. No setor estudantil, Ministros do Governo, como Paulo de Tarso e Darcy Ribeiro, apoiavam e financiavam largamente as atividades subversivas da UNE, UBES, UME e entidades congêneres.

Na área militar, o Gen Assis Brasil alardeava a existência de forte esquema militar, montado com a designação de elementos de confiança para todos os comandos importantes. Concomitantemente, buscava-se a desintegração das Forças Armadas pela subversão da hierarquia, insuflação das praças contra os oficiais e pela supervalorização das associações de graduados.

Prestes tinha razão quando, naqueles dias tenebrosos, afirmava que os comunistas já estavam no poder, restando-lhes apenas assumir o governo.

Acontecimentos de suma gravidade, como o comício da Central, a rebelião dos marinheiros e fuzileiros reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos, a complacência do Governo em reprimir esse ato lesivo à disciplina das Forças Armadas e, finalmente, a assembléia do Automóvel Clube, vieram esgotar a paciência nacional. As "Marchas com Deus pela Liberdade", as manifestações de associações da mulher brasileira e o claro repúdio da Nação ao crime que se intentava praticar contra os seus caros valores, deram aos militares, que desde algum tempo preparavam-se para essa eventualidade, a senha para intervir. E o fizeram sob o mais evidente apoio popular, provando, mais uma vez, sua indissolúvel identidade com os anseios da Nação.

5. PALAVRAS FINAIS

A Ação Comunista no Brasil, como de resto em todo o mundo, tem se revelado tenaz e virulenta. Após cada derrota que lhe tem infligido a Nação brasileira, de novo ela se recupera, em busca de seus designios de implantação de um regime totalitário de minoria.

Mas, as técnicas utilizadas de terrorismo, assaltos e "expropriações" trazem a marca do desespero e afrontam a índole do nosso povo. Embora sejam coerentes com a doutrina de violência da Ação Comunista em todo o mundo — inclusive no Brasil, como pretendemos mostrar — ferem a consciência nacional e afrontam os mais comezinhos princípios de humanidade.

"O comunismo não é a fraternidade: é a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua exterminação mútua. Não arvoira a bandeira do Evangelho: bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Evertoria, subverteria, inverteria a obra do Criador."

RUY BARBOSA